



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 23/2016

Período: 02/07/2016 – 08/07/2016

GEDES - UNESP

- 1- Marinha e Aeronáutica participaram de corrida em comemoração aos 52 anos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
- 2- Comitê criado para o controle das fronteiras tem a participação do Ministério da Defesa e apoio das Forças Armadas
- 3- Ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior analisou casos de corrupção na política brasileira, especialmente durante o regime militar
- 4- Colunista comentou sobre o uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira
- 5- Livro analisa a influência do contexto da transição democrática na produção artística no Brasil
- 6- Editorial criticou a integração da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ao Ministério da Justiça
- 7- Efetivo de militares nos Jogos Olímpicos teve acréscimo de 3.000 homens
- 8- General da reserva do Exército teve nomeação ao posto de diretor da Funai vetada pelo ministro da Justiça
- 9- Morte da onça Juma resultou em multas para o Exército

1- Marinha e Aeronáutica participaram de corrida em comemoração aos 52 anos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, militares da Marinha e da Aeronáutica participaram da 26ª edição da Corrida do Fogo, no dia 02/07/16, em comemoração dos 52 anos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. A corrida, que também foi disputada por policiais militares, contou com a participação de mais de 300 militares. Para o tenente-coronel Carlos Ney de Albuquerque, a importância do evento é a integração promovida entre a corporação, os bombeiros e a comunidade. (*Correio Braziliense - Cidades - 02/07/16*)

2- Comitê criado para o controle das fronteiras tem a participação do Ministério da Defesa e apoio das Forças Armadas

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante o evento "Fóruns Estadão – Combate ao Contrabando", organizado pelo grupo Estado no dia 01/07/16, o ministro interino das Relações Exteriores, José Serra, anunciou a criação de um Comitê Executivo de Coordenação e Controle de Fronteiras. De acordo com o jornal, o grupo conta com a participação dos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e da Justiça e Cidadania, além do apoio das Forças Armadas, da Polícia Federal (PF), da Receita Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Serra também afirmou que o governo do presidente da República interino, Michel Temer, possui uma nova política política de fronteira, a qual terá como objetivos principais a “presença eficaz do Estado e maior integração dos países vizinhos”. O ministro afirmou que a cooperação com os países que fazem fronteira com o Brasil é “indispensável”, considerando a extensão da fronteira terrestre, de 16,8 mil quilômetros, e a escassez de agentes da PF atuando na fiscalização. Serra anunciou que será realizada na capital federal, Brasília, até o final do mês de julho, uma reunião com os ministros de Relações Exteriores do Cone Sul, para que se estabeleçam as bases da coordenação entre seus membros. (O Estado de S. Paulo - Economia - 02/07/16)

3- Ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior analisou casos de corrupção na política brasileira, especialmente durante o regime militar

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro da Justiça e membro da Academia Paulista de Letras, Miguel Reale Júnior, comentou sobre casos de corrupção na política brasileira desde o governo democrático do ex-presidente da República, Getúlio Vargas, passando pelo regime militar (1964-1985), até os dias atuais, afirmando haver o desenvolvimento de uma corrupção sistêmica. Um dos casos lembrados por Reale foi o da acusação de um ex-ministro da Fazenda do governo militar de arquitetar plano para recebimento de propina. Outro caso citado, ocorrido durante o período, foi o escândalo Coroa-Brastel, em que ministros foram acusados de desviar recursos para o empresário Assis Paim Cunha. Segundo o colunista, o caso permaneceu “debaixo do tapete”, pois não havia liberdade para ir às ruas. (O Estado de S. Paulo - Espaço aberto - 02/07/16)

4- Colunista comentou sobre o uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari comentou a recente polêmica sobre a utilização das aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), objeto de matéria jornalística de dois repórteres, Marina Dias e Vinícius Sassine. Segundo Gaspari, Dias reportou a opção da presidenta da República afastada, Dilma Rousseff, de utilizar um jato privado em razão do alto custo de um voo da FAB e Sassine apontou que essas aeronaves são mais utilizadas para uso particular de políticos, prejudicando ações como o transporte de órgãos para transplante. De acordo com Gaspari, Sassine afirmou que “em três anos a FAB não conseguiu atender a 153 pedidos de transporte de órgãos para transplantes. No mesmo período, atendeu a 716 reservas de ministros e dos presidentes do Supremo Tribunal, da Câmara e do Senado”. Segundo o colunista, diante da exposição dos dados, o presidente da República interino, Michel Temer, determinou que a FAB mantenha sempre um avião disponível para o transporte de órgãos. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/07/16)

5- Livro analisa a influência do contexto da transição democrática na produção artística no Brasil

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o sociólogo e jornalista Mario Luis Grangeia lançou o livro “Brasil: Cazuza, Renato Russo e a transição democrática”, no qual analisou a importância das obras dos músicos Renato Russo, do grupo musical Legião Urbana, e de Agenor de Miranda Araújo Neto, mais conhecido como Cazuza, durante o período de transição do regime militar (1964-1985) para a

democracia brasileira. Na obra, Grangeia afirmou ter se baseado em declarações diretas dos músicos, não em interpretações subjetivas, classificando-os como “cronistas de um momento do país que não se limitaram a ser a voz de uma geração”. Segundo o periódico, o objetivo de Grangeia em seu livro foi mostrar como o contexto em que os artistas viviam havia influenciado os temas e as críticas abordados em suas letras, além da dificuldade de expressar suas opiniões diretamente, devido à censura e à repressão do período anterior à redemocratização. (Correio Braziliense – Diversão e Arte – 05/07/016)

6- Editorial criticou a integração da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ao Ministério da Justiça

Em editorial para o periódico *Folha de S. Paulo*, cinco membros da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, o geólogo Adriano Diogo, o jornalista Audálio Dantas, a ex-professora Tereza Lajolo, e a jornalista Camila Vanuchi, e o advogado Fermino Fecho, que subescreveram o artigo, contestaram o recente desmantelamento e incorporação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos ao Ministério da Justiça. O órgão foi formado a partir da extintas Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. A medida, considerada um retrocesso pelos colonistas, foi tomada pelo governo do presidente da República interino, Michel Temer. A Secretaria de Direitos Humanos, criada em 1997 no governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, teve à frente o advogado José Gregori, em seus primeiros anos, o qual contribuiu para diversos avanços, como transferir o julgamento de policiais militares que praticaram crimes triviais da Justiça Militar para a Justiça comum, e aprovar a lei que caracteriza os crimes de tortura. Em 2003, no governo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria de Direitos Humanos passou a responder diretamente à Presidência da República e passou a ser um ministério, desvinculando-se do Ministério da Justiça. Durante o período em que Paulo Vannuchi esteve à frente da pasta, em 2006, aprovou-se a terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos, além de ter sido lançado o livro "Direito à Memória e à Verdade", que relaciona 339 vítimas do regime militar (1964-1985). Em 2012, já no governo da presidenta da República afastada Dilma Rousseff, instituiu-se a Comissão Nacional da Verdade, responsável por investigar e expor as violações aos direitos humanos ocorridas durante o período militar. Para os membros da Comissão responsáveis pelo texto publicado na *Folha*, “é no mínimo um contrassenso atribuir a responsabilidade de implementar políticas de direitos humanos ao mesmo órgão que administra as polícias, as fronteiras e a anacrônica guerra às drogas”. Os colonistas reiteraram a sequência dos trabalhos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e das análises de ossadas localizadas clandestinamente no cemitério de Perus, na cidade de São Paulo. Os membros da Comissão defenderam que as políticas de memória e de verdade sejam configurados “como políticas de Estado, e não de governo”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 05/07/16*)

7 - Efetivo de militares nos Jogos Olímpicos teve acréscimo de 3.000 homens

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os ministros interinos da Defesa, Raul Jungman, e da Justiça, Alexandre de

Moraes, anunciaram, no dia 06/07/16, que o efetivo das Forças Armadas na cidade do Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos 2016 terá um acréscimo de 3.000 homens, o que totaliza 21.845 militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, sendo que o planejamento inicial previa o emprego de 18.000 homens. Segundo a *Folha*, o aumento do efetivo ocorreu em resposta ao pedido do governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles. O periódico afirmou que a função das Forças Armadas, que antes restringia-se à ocupação de unidades estratégicas, patrulhamento marítimo e do espaço aéreo, agora também será voltada à segurança pública. Os militares farão o patrulhamento das vias expressas próximas à cidade olímpica, ao aeroporto do Galeão e da avenida Brasil (Linha Amarela, TransOlimpica, e Linha Vermelha), além de seis estações de trem que levam ao estádio de futebol “Engenhão. Os jornais enfatizaram que o planejamento atual difere da proposta inicial de segurança dos Jogos, que prezava pela discricção, sem blindados nas ruas. Segundo *O Estado*, a mudança é resultado da crise financeira do estado do Rio de Janeiro e do aumento da criminalidade nos arredores da cidade olímpica e os 21.845 militares estarão em operação nas ruas a partir do dia 24/07/16, doze dias antes do início das competições. Segundo a *Folha*, em relação a possibilidade de ataques terroristas, Moraes enfatizou a baixa probabilidade de algum acontecimento do tipo, “nós não temos nenhuma probabilidade de ato terrorista em território nacional. A possibilidade existe no mundo todo”. O periódico também afirmou que, após votação na Câmara dos Deputados, no dia 06/07/16, foi transferida à Justiça Militar a atribuição de julgar integrantes das Forças Armadas que cometerem crimes dolosos (intencionais) contra civis durante eventos como as Olimpíadas. (Correio Braziliense – Brasil – 06/07/16; Folha de S. Paulo – Esporte – 06/07/16; Folha de S. Paulo – Esporte – 07/07/16; O Estado de S. Paulo – Esportes – 07/07/16)

8- General da reserva do Exército teve nomeação ao posto de diretor da Funai vetada pelo ministro da Justiça

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, Alexandre de Moraes, ministro interino da Justiça, vetou a nomeação de Sebastião Roberto Peternelli Júnior, general da reserva do Exército, para assumir a direção da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os periódicos afirmaram que o Partido Social Cristão (PSC) indicou Peternelli ao cargo e que o presidente da República interino, Michel Temer, delegou ao Ministério da Justiça a decisão final, visto que a Funai é vinculada à pasta. Ambos os jornais citaram que Peternelli defendeu, em suas redes sociais, o regime militar (1964-1985), o que causou incômodo entre entidades de direitos humanos e comunidades indígenas. Segundo a *Folha*, foi entregue à Casa Civil uma carta de repúdio à sua nomeação, a qual foi subscrita por 4 mil acadêmicos, indígenas e servidores da Funai. “No documento, eles disseram que o general “representa também os interesses da bancada evangélica que, junto à bancada ruralista, tem se mostrado contrária aos direitos dos indígenas”. Moraes afirmou ao jornal que “não há nenhum óbice ou veto pessoal ao nome que foi indicado pelo PSC, mas não será ele [Peternelli] o presidente da Funai, porque estamos em negociação com outro tipo de perfil”, afirmando que o indicado deve ser um técnico da área “que tenha um histórico com a causa e diálogo com a Funai.” Segundo o *Correio*, Peternelli afirmou ter sido vítima de hackers, os quais teriam feito declarações a favor do regime militar em seu nome, e que é a favor da democracia. De acordo com a *Folha*, o presidente nacional do PSC, o pastor

Everaldo Dias Pereira, declarou que a exaltação ao regime militar feita pelo general não gerou constrangimentos ao partido, justificando que “se causasse, não estaríamos defendendo a posição dele”. Dias Pereira acrescentou que em um regime democrático todos tem o direito de defender sua opinião e que se as declarações de Peternelli fossem contrárias à democracia o mesmo não seria membro do PSC. (Correio Braziliense – Política – 07/07/16; Folha de S. Paulo – Poder – 07/07/16)

9- Morte da onça Juma resultou em multa para o Exército

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) multou o Exército em R\$ 40 mil pela morte da onça pintada Juma, no dia 20/06/16, na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. A *Folha* afirmou que o animal, que pertencia ao 1º Batalhão de Infantaria de Selva, foi morto com um tiro depois da passagem da tocha olímpica pela cidade, quando se desprendeu de sua coleira. O Ipaam multou o 1º Batalhão em R\$ 30 mil, com a alegação de que o agrupamento transportou e manteve o animal em cativeiro sem autorização e por ter construído um abrigo sem a licença do órgão ambiental. De acordo com o periódico, o Ipaam multou o Comando Militar da Amazônia (CMA) e o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), cada um em R\$ 5 mil, pela utilização do animal sem autorização do órgão. (Folha de S. Paulo – Esporte – 08/07/16)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).